

Aquisição de Português L2 em Cabo Verde: alguns aspetos morfossintáticos do contacto¹

Nélia Alexandre

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Resumo: *Este artigo aborda a questão da aquisição do Português como língua segunda (L2) em Cabo Verde, tendo como objetivo principal apresentar e refletir sobre alguns casos morfossintáticos que resultam do contacto do Português L2 com o Caboverdiano, língua materna da maioria da população neste arquipélago. Para isso, faz-se uma breve introdução à formação do crioulo de Cabo Verde (equacionando questões de aquisição de língua segunda e de contacto linguístico) e apresenta-se a situação sociolinguística atual do país. A partir da análise de dados de corpora, conclui-se que há propriedades da gramática do Caboverdiano que são mantidas no Português falado em Cabo Verde e traços gramaticais do Português que são conservados no Caboverdiano, mas também que há características novas que não pertencem a nenhuma das gramáticas em contacto.*

Palavras-chave: Língua segunda (L2), Português de Cabo Verde, Caboverdiano, diglossia, bilinguismo, identidade.

Abstract: *In this paper we address the topic of second language (L2) acquisition of Portuguese in Cape Verde. Our main goal is to describe several morphosyntactic cases that result from the language contact between Portuguese L2 and Capeverdean (the mother tongue of almost all Capeverdeans) and to question the role of language contact in this archipelago. In order to do so, we introduce the reader to the formation of the Cape Verdean Creole and we briefly refer to the sociolinguistic present context of Cape Verde. Based on corpora, we conclude that there are some properties of the grammar of Capeverdean that are transferred to the Capeverdean Portuguese and vice-versa, but*

¹ Este artigo é uma versão desenvolvida da comunicação “O contacto linguístico em Cabo Verde: entre o crioulo e o português” que a autora apresentou em 2011, no Seminário Internacional *Arquipélagos Atlânticos Crioulos. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe numa perspectiva comparada*, organizado por Gerhard Seibert (org.), de 22 a 23 de fevereiro, na Casa do Senador Vera-Cruz, Mindelo, Cabo Verde.

there are also new formal features that do not belong to any of the grammars in direct contact.

Keywords: Second language (L2), Capeverdean Portuguese, Cape Verdean Creole, diglossia, bilingualism, language identity.

1. Introdução

O arquipélago de Cabo Verde caracteriza-se por uma relativa estabilidade linguística (considerando o contacto entre o Caboverdiano² e o Português) que advém da história da colonização das ilhas, por um lado, e da política linguística pós-independência de Cabo Verde, por outro. Assumindo, na linha de Mufwene (2002), que “as línguas são espécies parasitárias cuja vitalidade depende dos comportamentos comunicativos dos seus falantes” (p. 162, trad. minha), admite-se que a situação linguística atual de Cabo Verde é consequência da adaptação dos falantes ao ambiente socioeconómico em que viveram e vivem.

Neste artigo, pretende-se abordar aspetos gerais da história da formação de um dos crioulos da Alta Guiné (nomeadamente, o Caboverdiano), referindo algumas características de substrato e de superstrato, e mostrar a relação de forças entre o Caboverdiano e o Português falado em Cabo Verde (PCV), focando as questões de diglossia, bilinguismo e identidade linguística.

Na secção 2. far-se-á um relato sumário da formação dos crioulos da Alta Guiné, referindo os seus traços lexicais e gramaticais de origem africana. Na secção 3., abordar-se-ão aspetos sociolinguísticos atuais de Cabo Verde, discutindo as vantagens da adoção de um sistema de bilinguismo assumido. Na secção 4., refletir-se-á sobre o impacto do contacto entre o Caboverdiano e o PCV, baseando a discussão em dados retirados de *corpora*. Finalmente, na secção 5., serão tecidas algumas conclusões sobre os dados apresentados.

² A maior parte dos cabo-verdianos refere-se à sua língua materna como *kriolu* ‘crioulo’, no entanto, para evitar a imprecisão da palavra, já que há dezenas de crioulos no mundo, usar-se-á aqui o termo ‘Caboverdiano’, tal como se encontra já estabelecido no Decreto-Lei nº 8/2009 da República de Cabo Verde. Realce-se ainda que a designação ‘Caboverdiano’ funciona apenas como um conceito genérico, não pendendo para nenhuma das variantes existentes.

2. Uma breve perspetiva da formação do Caboverdiano: contacto linguístico e aquisição de L2

Supõe-se que logo a partir dos fins do século XV, inícios do século XVI, se terá desenvolvido em Cabo Verde uma língua de contacto, a que se chama proto-crioulo da Alta Guiné (cf. Duarte 2003)³. Esta língua ter-se-á ramificado no tempo e no espaço dando origem aos atuais crioulos da Alta Guiné (concretamente, o Caboverdiano, o Kriyol⁴ – na Guiné-Bissau e em Casamansa – e o Papiamentu⁵ – nas Antilhas holandesas), que resultaram de um contexto de escravatura e do contacto linguístico entre o Português médio e dialetal e várias línguas africanas, continuando a exhibir um elevado grau de inteligibilidade entre eles. O Português funcionou, então, como a base lexical destes crioulos, *i.e.*, como seu superstrato (cf. Hagemeijer & Alexandre 2012), enquanto diversas línguas africanas da macro-família linguística do Níger-Congo constituem o substrato dos crioulos da Alta Guiné (especificamente, línguas como o Mandinka, Bambarã, Solinke, Wolof, Temné, Fula, etc., faladas na área do macro-Sudão⁶ – faixa que vai do Senegal, a Oeste, passando pelo Norte dos Camarões até à República Centro-Africana, mais a Leste, ao longo dos rios Senegal, Níger, Volta e Benue).

A partir do século XVI, o Caboverdiano (ou ainda apenas uma ‘forma dialectal dos Rios’, no dizer de Duarte 2003:43) terá sido levado através do comércio de escravos para as Antilhas holandesas, nordeste brasileiro e, *inclusive*, para o extremo Oriente. Segundo Valkhoff (1975), o Caboverdiano chegou a ser mesmo uma verdadeira língua franca em África, nas Américas e na Ásia.

³ Historicamente, uma língua de contacto é o produto de uma situação linguística caracterizada pela presença no mesmo espaço de muitas línguas diferentes com poucos falantes (cf. Appel & Muysken 1987), situação essa que seria a de Cabo Verde (concretamente, Santiago) no fim do século XV. Segundo Lüpke (2010), ainda hoje se observa um contexto semelhante de multilinguismo e de ‘hibridismo cultural’ que gera interações linguísticas muito complexas.

⁴ Baptista, Mello & Suzuki (2007) exploram as semelhanças entre o Caboverdiano e o Kriyol concluindo que as duas línguas exibem 90% de correspondências de traços gramaticais.

⁵ Já há algum tempo, e principalmente nos últimos anos, que se tem levantado a hipótese de o Papiamentu também pertencer à família dos crioulos da Alta Guiné. Por exemplo, Jacobs (2009), baseado em textos do século XVIII e XIX escritos em Papiamentu, compara palavras funcionais de cinco aspetos gramaticais do Caboverdiano e do Papiamentu (nomeadamente, o sistema pronominal, os elementos interrogativos, as preposições, as conjunções e a reflexividade), mostrando que elas têm uma origem comum (veja-se também Valkhoff 1975 e Martinus 1996).

⁶ São línguas que, apesar de parecerem muito diferentes entre si, partilham propriedades comuns, visto pertencerem a dois ramos do mesmo filo: Mande e Atlântico. Para mais informação sobre algumas características linguísticas desta área, leia-se Güldemann (2008).

Sendo este o cenário de Cabo Verde nos séculos XV e XVI, considera-se que aí estiveram reunidas as condições necessárias para se formar um crioulo, na linha da proposta de Becker & Veenstra 2003, *apud* Veenstra 2008: 234), nomeadamente, (i) grupos de imigrantes nascidos no estrangeiro que tinham como L1 uma língua africana e que falavam um pidgin como L2; (ii) grupos de filhos de imigrantes de primeira geração nascidos em Cabo Verde, falantes L1 de uma língua africana e de um pidgin ou crioulo L1 (bilingues, portanto); (iii) grupos de filhos de imigrantes de segunda geração, falantes de L1 do crioulo e de uma língua africana como L2 (cf. esquema 1).

Esquema 1. Cenário multigeracional da formação de um crioulo



Fonte: Veenstra 2008:234 (adaptado e traduzido).

2.1. Léxico de origem africana no Caboverdiano

Tal como foi referido na secção anterior, foram várias as línguas africanas que estiveram em contacto com o Português nos séculos XV e XVI em Cabo Verde, de que resultou o Caboverdiano, tendo deixado nesta língua a sua marca. No entanto, segundo Quint (2008), o léxico de origem africana no Caboverdiano é inferior a 2% do total. Para o autor, nesta língua não há palavras funcionais (*e.g.*, preposições, conjunções, pronomes) de origem africana. De facto, em cada cem palavras do vocabulário nuclear do Caboverdiano, noventa são de origem portuguesa. A razão que o autor aponta para a ocorrência de tais números é o esforço dos falantes africanos em aprender português, língua veicular no século XV e naquele espaço. No espírito de Veenstra (2008), considera-se que o estilo de colonização operado em Cabo Verde; o isolamento geográfico a que os habitantes estavam obrigados e a tentativa de aproximação à língua e cultura portuguesas terá favorecido esta situação.

2.2. Aspetos gramaticais de origem africana no Caboverdiano

Apesar da baixa percentagem de palavras de origem africana no vocabulário nuclear do Caboverdiano, há evidências linguísticas fortes para a presença de traços gramaticais das línguas africanas nesta língua.

Ao nível da morfologia, Quint (2008:50-55) refere a existência de marcadores de classe como *ma-* e *min-* em (1), que existem em várias línguas do ramo atlântico (como o Wolof e o Temné), do sufixo verbal de iteratividade *-ti* em (2), do Wolof, e a marcação de género feita pelo processo lexical de *femia/matxu* em (3), do Bambarã.

(1)

Caboverdiano	Português
<i>mafafa</i>	inhame
<i>mankara</i>	amendoim
<i>makuka/minkoko</i>	mandioca

(2)

Caboverdiano	Português
<i>korkoti</i>	rapar o prato com a colher
<i>rukuti</i>	esculpir
<i>txuputi</i>	debicar

(3)

Caboverdiano	Português
<i>fidju femia</i>	filha
<i>fidju matxu</i>	filho

Relativamente à componente morfossintática, a marcação de número em ‘nomes simples’ (*i.e.*, sem determinante) é também um processo recorrente nas línguas mande e atlânticas, como em (4).

- (4) *Kasa di es aldeia e baratu.*
 casa de DEM aldeia ser barato⁷

‘As casas desta aldeia são baratas’. (Baptista 2007)

Quanto à componente sintático-semântica, a expressão do tempo e do aspeto verbais são equivalentes a processos encontrados nas línguas Bambarã, Mandinga e Wolof, como em (5), para a oposição Passado (\emptyset , *-ba*) vs. Presente (*ta*), ou para a marcação de Perfetividade (com verbos dinâmicos, em (6a.)) vs. Imperfetividade (com verbos estativos, em (6b.)).

- (5) a. *N ka Ø kume keju.*
 1sg NEG comer queijo

‘Eu não comi o queijo.’

- b. *Mininus ta djuga karanbola.*
 meninos IPFV jogar carambola

‘Os meninos jogam ao berlinde.’

- (6) a. *E fase kel trabadju-li.*
 3sg fazer(PFV) DEM trabalho-PROX

‘Ele fez este trabalho.’

- b. *Nhos sabe kel asuntu-li.*
 1pl saber DEM assunto-PROX

‘Vocês sabem este assunto.’

Ao nível da semântica, o Caboverdiano recorre a duas formas distintas do verbo ‘ter’ para assinalar posse inerente (*ten*, em (7a.)) e posse transitória (*tene*, em (7b.)) e marca as relações de deixis através de *-li/-la*, em (8), à semelhança do Wolof (segundo Lang 2004:145, *-i/-a*, respetivamente).

⁷ No fim do trabalho, o leitor encontra uma lista de abreviaturas.

(7) a. *Bu ten dos fidju-femia.*

2sg ter dois filho-fêmea

‘Tu tens duas filhas.’

b. *Ami e riku, mas gosi li N ka tene dinheru.*

1sg ser rico mas agora PROX 1sg NEG ter dinheiro

‘Sou rico, mas neste momento não tenho dinheiro comigo.’

(8) *Kes mininu-li/la...*

DEM menino-PROX/DIST

‘Estes meninos/ aqueles meninos...’

Como se verifica a partir da amostra acima, a presença de traços gramaticais das línguas africanas da família do Níger-Congo no Caboverdiano é notória nas áreas nucleares da gramática da língua⁸.

3. Questões sociolinguísticas atuais em Cabo Verde

A situação linguística atual de Cabo Verde caracteriza-se pela convivência de duas línguas: o Caboverdiano, língua materna (ou L1) da maior parte da população do arquipélago (mais de 500.000), e o Português, língua segunda (ou L2)⁹.

Tal como em S. Tomé e Príncipe (cf. Hagemeijer, no prelo), os cabo-verdianos tiveram desde sempre acesso ao Português¹⁰, língua da administração e de prestígio, tendo sofrido também repressão linguística relativamente ao uso do crioulo (especialmente durante o período do Estado Novo – 1933-1974).

⁸ Não se referiram as características fonéticas africanas presentes no Caboverdiano devido à escassez ou quase inexistência de estudos sistemáticos sobre esta temática.

⁹ Leiria (2000:1) refere que “o termo [língua segunda] deve ser aplicado para classificar a aprendizagem e o uso de uma língua não-nativa dentro de fronteiras em que ela tem uma função reconhecida [(por exemplo, língua oficial)].”

¹⁰ Para se ser mais preciso, a difusão do ensino da língua portuguesa em Cabo Verde não teve relevância apenas no último século de colonização, ela começa logo no século XVI, a cargo do clero, tal como nos relata Carreira (1984:141), dizendo que “por vezes em cada fazenda rural actuava junto da criadagem e dos escravos um agente da Igreja, na catequese, ensino das primeiras letras e rudimentos da língua portuguesa”. E quando o plano de criação de escolas primárias (que normalmente era para os não-naturais) se esboçou no século XIX para a generalidade da população nativa da Guiné, Angola e Moçambique, “o cabo-verdeano detinha sobre [essas populações] apreciável avanço” (*op. cit.*, p. 142).

Até à independência, o Caboverdiano foi considerado pelas elites ‘menor’ e desprestigiante, estando-lhe reservada apenas a função de língua ‘do coração’, ‘de casa’, da música e das tradições orais. No entanto, já antes do séc. XIX, o Caboverdiano era tão expressivo que eram “raros os brancos de Santiago que soubessem falar a língua portuguesa com perfeição” (Carreia 1985).

É por haver apenas duas línguas em contacto no mesmo espaço que alguns estudiosos têm concentrado a sua atenção a refletir se o contexto linguístico de Cabo Verde constitui uma situação de diglossia ou de bilinguismo.

3.1. Diglossia em Cabo Verde?

Diz-se que uma determinada comunidade é diglósica quando o contexto linguístico é relativamente estável, havendo dois códigos com clara separação funcional e com estatutos distintos.

Duarte (2003) e Veiga (2004) assumem que a realidade linguística cabo-verdiana ainda é diglósica, apesar de já não haver uma clara separação funcional entre o Caboverdiano e o Português, situação para a qual tem contribuído fortemente a política linguística da República de Cabo Verde (nomeadamente, com o interesse pelo estudo e oficialização do Caboverdiano, desde 1979). Efetivamente, atualmente em Cabo Verde, o Português já não é “indispensável para a participação na vida política e económica do Estado” e também já não existe uniformemente em todo o país tanta exposição à língua portuguesa que ela possa ser aprendida sem recurso à escola, pelo que, como Leiria (2000) sugere, o Português em Cabo Verde será já, para a maioria da população, uma língua segunda.

3.2. Bilinguismo em Cabo Verde?

Apesar de o Português ser a única língua oficial de Cabo Verde, a realidade linguística do país começa a aproximar-se cada vez mais de uma situação de bilinguismo, caminho que é, aliás, expresso na Resolução 48/2005, segundo a qual se deve implementar um ““bilinguismo assumido” (...) [que] é uma exigência do valor histórico, social, cultural, patrimonial e sentimental das duas principais línguas da nossa vivência antropológica – o Caboverdiano e o Português” (p. 1242) e como Veiga (2004) defende.

Sendo o Português adquirido como L2¹¹ em Cabo Verde, ele tem, necessariamente, características diferentes das do Português falado em Portugal. Essas características do Português de Cabo Verde estão relacionadas com diversas variáveis, como as enunciadas em (9):

- (9) a. o contacto linguístico com o Caboverdiano;
- b. o grau de instrução;
- c. o grau de exposição à língua portuguesa (a qualidade do *input*);
- d. as condições socioeconómicas dos falantes, etc.

Como consequência disto, veremos a partir dos exemplos da secção 4. que o PCV exhibe propriedades gramaticais que os falantes ainda não aprenderam/dominam, apesar de assumirmos que há outras propriedades que os mesmos falantes (i) conhecem de forma ativa, porque as usam espontaneamente no discurso informal, (ii) usam apenas em situações formais ou (iii) conhecem de forma passiva, compreendendo-as, mas não as produzindo (cf. situação da Jamaica, em Craig 2008).

Mas quais as vantagens em se implementar um ‘bilinguismo assumido’ em Cabo Verde, além de atribuir às duas línguas – Caboverdiano e Português – um estatuto igual?

Assumindo-se que o Caboverdiano desempenha todas as funções que as outras línguas maternas desempenham no desenvolvimento cognitivo dos seus falantes, esta paridade, concretamente ao nível do ensino formal dos dois sistemas linguísticos, contribuiria positivamente para o conhecimento explícito das gramáticas do Caboverdiano e do Português, tal como Ellis (1997) afirma, baseando-se em experiências efectuadas por Martha Trahey e Lydia White que mostram que tanto a evidência positiva (*i.e.*, a exposição a muitas estruturas gramaticais de um dado aspeto da língua) como a evidência negativa podem eliminar certos desvios às regras. Além disso, deve-se considerar a questão dos direitos humanos, especialmente os das crianças, e do direito ao

¹¹ Refira-se apenas que, embora o Português seja **adquirido** como L2 em Cabo Verde, ele é **aprendido** através dos métodos didáticos de ensino de L1. Tais métodos deviam ser revistos e adequados às características específicas da situação linguística em Cabo Verde, mas não se está aqui a defender um ensino do Português em Cabo Verde baseado exclusivamente em métodos internacionais de ensino de L2 (contrariamente ao que deve ser nas comunidades em que a L2 não é língua oficial, como sugere Craig 2008).

desenvolvimento pleno e consciente da língua materna dos falantes (cf. Baptista, Brito & Bangura 2010).

Finalmente, e tomando como ponto de comparação outras realidades linguísticas semelhantes à cabo-verdiana, como a da Guiné-Bissau, Siegel (2010:204), dando conta dos resultados de uma experiência de ensino do Kriyol nos dois primeiros anos de escolarização, no início dos anos 90, realça como vantagens o facto de os alunos passarem a compreender melhor outras matérias, a participar mais ativamente e a depender menos da memorização. Ou seja, os fatores psicológicos também são uma variável muito importante neste processo.

3.3. A identidade cabo-verdiana

A identidade cabo-verdiana, ou seja, “o espaço cultural de realização da liberdade” (Tolentino 2007:56), descreve-se em Caboverdiano e não (ou raramente) em Português. Nas palavras de Veiga (2004:73), “o Crioulo é pois, por excelência, a marca da nossa identidade (...) Só conseguimos ser e existir no e com o Crioulo”. Embora o Português tenha muito prestígio em Cabo Verde, o que advém da situação diglósica e porque é a língua da internacionalização, ele não é o espaço identitário dos cabo-verdianos¹². E não é de estranhar que assim seja, já que a presença e consolidação do Caboverdiano são efetivas desde o primeiro século de formação do país, como afirma Peixeira (2003:68, n.6), “cerca de 90 anos após o achamento das Ilhas, o crioulo é já língua falada entre capatazes e escravos, e entre os próprios escravos de diferentes grupos étnicos; passaria a autêntica língua de comércio e das relações sociais, nas áreas adjacentes à Guiné; é utilizada por europeus e algumas etnias africanas”.

Além disso, e concordando com Tolentino (2007:270), “numa nação relativamente homogénea, do ponto de vista étnico, linguístico, religioso e do sentido de pertença à comunidade do território, a força da identidade desempenha papel crucial, principalmente nos períodos críticos”.

¹² Veja-se Lopes (2011: 113-114) sobre a avaliação que alguns grupos de falantes cabo-verdianos atribuem à sua própria proficiência em Português, em que apenas 51,3% dos inquiridos revelam dominar o Português de modo ‘suficiente’, valor que resulta, no entender de Lopes, da autocensura dos falantes devido à importância que dão a esta língua.

Como corolário desta relação entre língua e identidade cabo-verdianas, sugere-se aqui que a oficialização do caboverdiano contribuiria para a preservação da identidade nacional, visto que o ensino/aprendizagem formal dos dois sistemas linguísticos – Caboverdiano e Português – asseguraria o desenvolvimento linguístico completo da língua materna e nacional dos cabo-verdianos (*inclusive* nas suas variantes dialetais principais: a de Santiago e a de S. Vicente).

Como é sabido, a ideia de oficialização do Caboverdiano já não é nova e está registada em documento da República do país desde 1998, altura em que o ‘Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo’ (ALUPEC) é posto à experiência (DL-67/1998), sendo instituído o ‘Alfabeto Caboverdiano’ em 2009 (DL-8/2009). Apesar de a oficialização do Caboverdiano ter estado prevista para 5 de Julho de 2005, ainda hoje não é língua oficial por não haver consenso na comunidade.

4. Alguns aspetos morfossintáticos do contacto português-caboverdiano

Apesar de se ter referido na secção 3.3. que o português em Cabo Verde ainda goza de uma importância significativa, “o prestígio por si só não favorece uma (variedade de) língua em detrimento de outras” (Mufwene 2002:175). A motivação para adquirir uma segunda língua (ou seja, as atitudes e os estados afetivos que determinam o grau de esforço que os falantes fazem) também desempenha um papel importante no sucesso da aquisição dessa língua. Para além disso, o ensino pode ajudar em vários aspetos, nomeadamente, diminuindo os desvios relativamente à gramática-alvo (ou à norma)¹³. Contudo, de acordo com Ellis (1997), o ensino nem sempre tem resultados positivos e os seus efeitos nem sempre são duradouros.

Realça-se ainda que a compreensão do Português por parte dos cabo-verdianos supera a sua produção, principalmente porque os falantes tendem a achar desde cedo que

¹³ Note-se que, segundo Nascimento *et al.* (2008: 36), “em todos os países africanos [(Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe)], o português é a língua oficial, sendo objectivo da escola que esta língua seja adquirida conforme a norma-padrão do PE [português europeu]”.

É de registar ainda que, segundo dados do INECV (2001), “a alfabetização, desde os primeiros anos da independência, sempre foi um termo emblemático para os cabo-verdianos (...). Desde 1975, os sucessivos governos elegeram a erradicação do analfabetismo como um dos vectores fundamentais da política educativa” e, entre os censos de 1990 e de 2000, houve uma redução da taxa de analfabetismo em cerca de 12%.

dominam relativamente bem o Português, desvalorizando a necessidade de aperfeiçoar a sua competência nessa língua¹⁴.

Por todas estas razões, devem-se investigar os mecanismos que atuam nos casos em que não há convergência com a gramática-alvo da língua portuguesa. Para atingir esse objetivo, os dados usados neste artigo foram, na sua maioria, extraídos (i) do *subcorpus* África da variedade de PCV¹⁵, sendo este um *corpus* eletrónico com um total de 637.533 palavras (25.413 de discurso oral e 612.120 de discurso escrito) retiradas de conversas informais, de entrevistas de rádio, de livros e jornais e de *varia* (cf. Nascimento *et al.* 2008); (ii) de Lopes (2011, Anexo 7) e (iii) de jornais cabo-verdianos *online* (e.g., *Liberal* e *A Semana*).

4.1. Algumas características morfossintáticas do Português de Cabo Verde

4.1.1. Concordância nominal e verbal

Verificam-se em PCV divergências ao nível da concordância de número entre os nomes e os seus determinantes, como em (10), entre os nomes e os adjetivos também encontramos desvios de concordância de género, como em (11), e casos em que não há concordância entre o sujeito da frase e a flexão verbal, como em (12).

(10) ... *passou com duas corda nas mão.*

(= duas cordas nas mãos, CLUL)

(11) a. *Achou a mandioca tão gostoso ...*

(= mandioca tão gostosa, CLUL)

b. *Gostaria que ele fosse uma pouquinho mais humilde.*

(= um pouquinho, *Liberal online*, opinião dos leitores, 21/5/2009)

¹⁴ Tal situação verifica-se em todas as sociedades em que a língua materna é um crioulo e a língua oficial está intimamente relacionada com a materna (cf. Craig 2008: 609).

¹⁵ O *corpus* África é um recurso do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e encontra-se disponível online em <http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpcweb23/>, sendo pesquisável na plataforma *Corpus Query Processor* (CQPweb).

(12) *O sobrinho e o lobo estava plantando mandioca.*

(= o sobrinho e o lobo estavam, CLUL)

4.1.2. Uso das formas de tratamento

Há também instabilidade no uso das formas de tratamento, aparecendo casos de alternância entre o tratamento formal (de terceira pessoa) e o informal (de segunda pessoa) relativamente ao mesmo interlocutor, como em (13).

(13) a. *Não me diga que a Cidade da Praia está abandonada!. Ah, outra coisa, **vá** estudar legislações, e **vê** [quem] é responsável pelos transportes escolares ...*¹⁶

(= vá... veja, *Liberal online*)

b. *Boa tarde! estou a gostar das **suas** intervenções e **aparentas** já ter debruçado sobre o assunto.*

(= suas ... aparenta / tuas ... aparentas, www.tertuliacrioula.com, 2010)

4.1.3. Uso da informação temporo-aspetual

Em PCV, a expressão da informação aspetual de imperfeito (aspeto inacabado) na relação com o perfeito (aspeto acabado) apresenta divergências relativamente ao Português de Portugal, como em (14), e o domínio do modo conjuntivo também não é pacífico, podendo ser substituído pelo presente (15a, b) ou ser empregue por excesso, em substituição do imperfeito ou do pretérito mais-que-perfeito composto (15c).

(14) *Quem que **pusesse** no buraco, **ganhou**. Quem não **pusesse** **perdeu**.*

(= ganhava ... perdia, CLUL)

(15) a. *Por isso não admitimos, que gente da sua laia **vem** nos menosprezar.*

(= venha, *A Semana*¹⁷)

b. *Neste Mundo, não existe ninguém que **é** perfeito, e ele, não foge à regra.*

(= seja, *Liberal online*, opinião dos leitores, 21/5/2009)

¹⁶ Dados recolhidos a partir de <http://liberal.sapo.cv>, mantendo-se a ortografia usada pelos autores.

¹⁷ Acesso em www.asemana.publ.cv.

c. *Se me dissessem que fosse um guineense eu ia ficar triste.*

(= era / tinha sido, CLUL)

4.1.4. Regência verbal: seleção de preposições

Ao nível da estrutura da língua, atestam-se em PCV desvios relativamente ao uso de preposições, já que algumas são apagadas, como a preposição *a* e *de* em (16), outras são substituídas, como *a* por *para* em (17), e outras ainda são inseridas onde não devia ocorrer nenhuma preposição, como *de* em (18).

(16) a. *Primeiro amarras Ø o macaco os pés e os mãos.*

(= ao macaco / os pés e as mãos do macaco, CLUL)

b. *Com as chuvas caídas e o prenúncio de um bom ano agrícola, assistimos Ø um tempo de esperança renovada ...*

(= assistimos a um tempo, CLUL)

c. *Ø O poeta José Luís Tavares, o dom não lhe falta.*

(= Ao poeta, *Liberal online*, opinião dos leitores, 21/5/2009).

d. *Termina alertando os deputados Ø que se não chegarem Ø acordo nesta matéria a história há-de os responsabilizar.*

(= de ... a, *Liberal online*, 21/5/2009)

(17) *O sobrinho arrancou um pé de mandioca e deu para o lobo.*

(= ao lobo, CLUL)

(18) a. *Os pais aqui gostam de que as filhas casem, para depois, para ter filho.*

(= gostam que, CLUL)

b. *O poeta tem demonstrado tanto na língua de Camões e na sua língua materna, de que tem grande carisma pela escrita.*

(= que tem grande carisma, *Liberal online*, opinião dos leitores, 21/5/2009)

4.1.5. Regência verbal: construções de duplo objeto

No âmbito da regência verbal, encontramos ainda casos de construções com ‘duplo objecto’, ou seja, frases em que o verbo seleciona dois complementos (e nenhum é introduzido por uma preposição, como o Português exige), em (19).

(19) *O lobo pediu [o macaco] [um figo].*

(= pediu um figo ao macaco, CLUL)

4.1.6. Regência verbal: uso dos pronomes reflexos

A reflexivização é também uma área em que se detetam oscilações, havendo três tipos de possibilidades: ou o pronome reflexo é substituído pela expressão nominal *sua cabeça*, como em (20), ou o pronome reflexo é apagado, como *se* e *me* em (21) e (22), ou é inserido um pronome reflexo se verbos que não têm forma pronominal (23).

(20) *O sobrinho começou a marar sua cabeça.*

(= amarrar-se, CLUL)

(21) a. *Quem pretende formar Ø em biologia vai ter que leccionar, dar aulas.*

(= formar-se, CLUL)

b. ... então, é lógico, que (...) os jornalistas Ø possam sentar, não é, e, realmente, eh, ter ideias comuns, como é que se irá fazer essa negociação dos contratos.

(= se possam sentar, CLUL)

(22) *Era isso que eu queria perguntar ao Deputado Eurico Monteiro, mas esqueci Ø, por isso...*

(= esqueci-me, CLUL)

(23) a. *Vê-se que, burro velho não se aprende.*

(= não aprende, *Liberal online*, opinião dos leitores, 21/5/2009)

b. ... o pessoal, às vezes a gente não... não se convive muito bem.

(= não convive, CLUL)

4.1.7. Regência verbal: uso dos pronomes de complemento

O PCV evidencia igualmente desvios no sistema de pronomes pessoais átonos (clíticos), ao substituir *lhe* por *o* (24) ou *o* por *lhe* (25) e ao empregar uma ordem diferente da usada em Português de Portugal (26).

(24) *O lobo por curiosidade perguntou-o onde ia.*

(= perguntou-lhe, CLUL)

(25) *Pessoalmente admiro-lhe pelas suas capacidades que ele tem vindo, ao longo destes anos demonstrando.*

(= admiro-o, *Liberal online*, opinião dos leitores, 21/5/2009)

(26) *Termina alertando os deputados que se não chegarem acordo nesta matéria a história há-de os responsabilizar.*

(= há-de responsabilizá-los, *Liberal online*, 21/5/2009)

4.1.8. Formato de orações relativas, interrogativas e clivadas

Acrescentam-se ainda os casos de desvios representados pelas orações relativas, como os de (27)-(29), nos quais encontramos elementos que são inseridos, como *que* em (27)¹⁸ e *ele* em (28)¹⁹; elementos que são apagados, como *de* em (29)²⁰ e o uso de *onde* em contextos em que o antecedente da relativa não indica lugar (30).

(27) a. *Quem que ficar perto do buraco é que joga primeiro.*

(= quem ficar, CLUL)

b. c) *Se não houver arguidos presos ou o seu número for igual , o tribunal da área onde que , em primeiro lugar, tiver tomado conhecimento de qualquer dos crimes.*

(= onde, CLUL)

¹⁸ A literatura sobre o assunto considera que estes são casos de ‘comp duplamente preenchido’.

¹⁹ O enunciado (28) é um exemplo de ‘relativa resumptiva’, um tipo não muito frequente nos *corpora* consultados.

²⁰ O enunciado (29) é um exemplo de ‘relativa cortadora’, um tipo muito frequente nos dados, especialmente, com o apagamento da preposição *a* ou *de*.

(28) *És **um homem que** não se ia confia nele.*

(= um homem em quem não se confia, CLUL)

(29) *O género \emptyset **que** o meu colega falou há bocado eu não aprecio muito.*

(= o género de que, CLUL)

(30) *São Vicente teve uma historia - uma **génese onde** que... que... portanto... não... digamos - aguentou isso.*

(= que, Lopes 2011, Anexo 7: 158)

Quanto às orações interrogativas, nos *corpora* encontram-se casos em que o morfema ou sintagma interrogativo é imediatamente seguido por *que* (31), à semelhança das relativas em (27) acima.

(31) a. ... *eu consigo mesmo muitas vezes dizia – “mas **porquê que** essas missas que são dadas aí...?”*

(= porque é que, Lopes 2011, Anexo: 306)

b. ... *até a Escola Pentagrama, que começa com crianças, já começa desvirtuada, em termos do que somos , **o que que** queremos, ...*

(= o que queremos, CLUL)

Nas orações clivadas, observa-se um mecanismo de focalização que produz pseudoclivadas invertidas de *que*²¹, como em (32).

(32) ... *a língua que facilita ou que mais facilita a comunicação entre os presentes - **esse que** é o critério - independentemente de ser o crioulo...*

(= esse é que é, Lopes 2011, Anexo 7: 9)

²¹ A propósito deste tipo de estruturas para o Português brasileiro, veja-se Kato *et al.* (1996).

4.1.9. Determinação nominal

Finalmente, numa área de interface sintaxe-semântica, a determinação nominal pode ser feita de várias formas que divergem do Português europeu, nomeadamente, na ausência de artigos antes dos nomes, como em (30); no recurso a nomes no singular para expressar valores de [genérico] (31); no emprego de nomes no plural para expressar valores de [específico] e [singular] (32); no uso de demonstrativos em substituição de artigos ou de nomes simples (33); entre outras possibilidades.

(30) *É preciso fazer crítica a iluminação e a barreira que devia ser refletora antes de apontar dedo a Ø pessoas, ...*

(= o dedo às pessoas, *Liberal online*)

b. *Uhmuhm, os mais pequeninos brincam com Ø mais grande.*

(= os maiores, CLUL)

c. *Os alunos têm que aceitar o problema de Ø bolsas de estudo.*

(= das bolsas, CLUL)

(31) a. *... toda a gente fala dos jornalistas, é bofetada para aqui, pontapé, pontapé para lá, e o jornalista fica aí quietinho a apanhar, e talvez, a tentar merecer o tal título de, de, de menino de recado.*

(= os jornalistas ... recados, CLUL)

b. *Há dias que temos aula de manhã e à tarde.*

(= aulas, CLUL)

(32) *Bom, eu, ah... converso muito com as minhas famílias.*

(= família, CLUL)

b. *... eu penso ir para o ano para Portugal para estudar, se por acaso tiver bolsas.*

(= bolsa, CLUL)

(33) a. *Ah? Em S. Vicente há um, a urbanização. (...) Ah, enquanto em S. Nicolau, ah? não há aquele urbanismo.*

(= não há urbanismo / o mesmo tipo de urbanismo, CLUL)

b. ... e... o mais interessante de tudo isso - a Isabel também vai ouvir *essa* história minha - ah, lá para a zona do norte...

(= uma história, CLUL)

4.2. Algumas características morfossintáticas do Caboverdiano em contacto com o Português

Segundo Duarte (2003: 67), o PCV, devido ao seu prestígio social e cultural, “vem invadindo progressivamente, não apenas o léxico constituído nos séculos XV e XVI, mas, ainda, a estrutura do crioulo”. Infelizmente, não há conhecimento de estudos sobre a interferência do Português no Caboverdiano, mas podem-se apontar alguns desvios na gramática do Caboverdiano contemporâneo que parecem estar relacionados com o contacto com o Português, visto que alguns casos seguem o padrão do Português europeu²².

4.2.1. Concordância nominal e verbal

A título exploratório, vejamos os enunciados em que a concordância de número entre nomes e os seus determinantes é explícita em ambas as palavras, como em (34) e (35).

(34) *N ta pensa ma autor tenta traduzi **alguns palavras** que ...*

(= alguns palavra)

(35) *Se no segui kel lógica de ki muto antes de **sociedades americanas** nos djha era uma realidade...*

(= sosiadadi merkanu)

²² Dados escritos extraídos de comentários de cabo-verdianos que entrevistaram em (www.tertuliacrioula.com) e em (<http://liberal.sapo.cv>).

4.2.2. Modificação adjetival

Nesta área da gramática, encontramos dados em que o sufixo de superlativo sintético *-íssimo* (do Português) é empregue, substituindo o processo analítico com *txeu/mutu* (do Caboverdiano), como em (36).

(36) *CIA descubri ma Bin Laden dja sta morto e es kre fica cu credito di kela ou Obama é **grandissimo** mentiroso...*

(= mutu grandi)

4.2.3. Determinação nominal

Em Caboverdiano, o processo de determinação nominal diverge bastante do que se verifica em Português (cf. Alexandre & Soares 2005 e Baptista 2007), consistindo essencialmente, por um lado, em usar demonstrativos (*e.g.*, *es*, *kel/kes*) e, por outro lado, em recorrer a artigos indefinidos para introdução do nome no discurso e, posteriormente, empregar nomes simples. No entanto, encontram-se dados em que artigos definidos, com marca de género *inclusive*, ocorrem em Caboverdiano (37).

(37) *... pa inteirá kaloiros, **das** ajuda na alojamento, ma tambem pa mostras kultura portuguesa...*

(= di ajuda, www.tertuliacrioula.com, 2009)

4.2.4. Uso da informação temporo-aspetual

O uso do conjuntivo português em Caboverdiano, língua em que este modo não encontra paralelo, mostra como o contacto pode ser determinante para a ocorrência de casos divergentes (pelo menos, em falantes mais escolarizados), como em (38). Também se registam casos em que a morfologia verbal de pretérito imperfeito em Caboverdiano (sempre *-ba*) ocorre na forma portuguesa *-ia* quando o verbo é da 2ª ou 3ª conjugação (39).

(38) *Kualker kusa, **steja** a vontade...*

(= sta, *Liberal online*)

(39) *Na keſtau de ſirkulo de eſtudentes **divia** iziſti nao ſo pa...*

(= debeba, www.tertuliacrioula.com, 2009)

5. Considerações finais

A situação linguística atual de Cabo Verde é retratada num quadro invariavelmente bicolor: o Caboverdiano, língua materna da maior parte da população, e o Português, língua segunda, apesar de ser a língua de ensino e de prestígio.

Neste artigo reviram-se algumas das razões históricas e linguísticas que fazem com que o Caboverdiano seja um dos crioulos da família linguística dos crioulos da Alta Guiné e represente hoje o elemento de identidade dos cabo-verdianos, quer no país, quer na diáspora (realidade aparentemente contrária à de São Tomé e Príncipe, cf. Hagemeijer no prelo).

Este texto tentou contribuir igualmente para a discussão da emergência de uma variedade local de português e para o reconhecimento de que são necessários estudos teórica e metodologicamente bem fundamentados que contribuam para a descrição adequada desta variedade.

Os dados apresentados na secção 4. mostram bem que há propriedades da gramática do Caboverdiano que são mantidas no Português falado em Cabo Verde (*e.g.*, a concordância nominal e verbal e o processo de reflexivização) e traços gramaticais do Português que são conservados no Caboverdiano (como a concordância nominal e verbal e a informação temporo-aspetual, entre outras), mas também que há características novas que não pertencem a nenhuma das gramáticas aqui em causa (*e.g.*, as formas de tratamento em (13), a expressão do tempo e aspeto verbais em (14 e 15) e a inserção de elementos funcionais, como preposições (em (18) e complementadores (em 27)²³. Contudo, não se deve esquecer que algumas das mudanças registadas no PCV também se encontram no Português contemporâneo falado em Portugal (*e.g.*, orações relativas em que se apaga a preposição, como no exemplo de (29), ou se insere um pronome resumptivo, como em (28)). Por tudo isto, considero que há mudanças que são internas ao sistema linguístico e não devidas exclusiva ou maioritariamente a interferências com a língua materna.

²³ Para uma situação similar em Português de Moçambique, veja-se Gonçalves (2010).

Neste contexto, o PCV vai sobreviver de uma forma progressivamente mais afastada da norma europeia (e, eventualmente, até mais próxima do Caboverdiano), mas não deixará de ser uma variedade nacional própria.

A convivência do Caboverdiano com o Português seria muito mais positiva se as duas línguas tivessem o mesmo estatuto oficial e fossem ambas línguas de escolarização, pois tal situação concorreria para uma maior consciência linguística explícita e, conseqüentemente, para o reforço da identidade dos cabo-verdianos.

Abreviaturas:

CLUL = Centro de Linguística da Universidade de Lisboa	L1/L2 = língua materna/língua segunda
DEM = Demonstrativo	NEG = negação
DIST = (Dêítico) distante	PCV = Português de Cabo Verde
IPFV = (Aspeto) imperfetivo	PROX = (Dêítico) próximo
PFV = (Aspeto) perfetivo	1,2,3 = pessoas verbais

Referências bibliográficas

- Alexandre, Nélia & Soares, Nuno. 2005. O domínio nominal em Crioulo de Cabo Verde: o puzzle dos Bare Nouns. In I. Duarte & I. Leiria (orgs.), *XX Encontro Nacional da APL*, Lisboa: Colibri, 335-350.
- Baptista, Marlyse. 2007. On the syntax and semantics of DP in Cape Verdean Creole. In Marlyse Baptista & Jacqueline Guéron (eds.), *Noun Phrases in Creole Languages: a multi-faceted approach*, Amsterdam: John Benjamins Publ., pp. 61-106.
- Baptista, Marlyse; I. Brito & S. Bangura. 2010. Cape Verdean Creole in Education: A linguistic and human right. In B. Migge; I. Léglise & A. Bartens (eds.), *Creoles and Education: an appraisal of current programs and projects*, Amsterdam: John Benjamins Publ., 273-296.
- Baptista, Marlyse; H. Mello & M. Suzuki. 2007. Kabuverdianu, or Cape Verdean, and Kriyol, or Guinea-Bissau (Creole Portuguese). In J. Holm & P. Patrick (eds.), *Comparative Creole Syntax: Parallel Outlines of 18 Creole Grammars*, 53-82. Plymouth: Battlebridge Publ.

- Carreira, António. 1982. O crioulo de Cabo Verde – surto e expansão. Lisboa: Gráfica EUROPAM.
- CLUL – *Corpus África* (<http://www.clul.ul.pt/en/resources/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc>).
- Craig, Dennis. 2008. Pidgins / Creoles and education. In S. Kouwenberg & J. Singler (eds.), *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*, West Sussex: Wiley-Blackwell Publ., 593-614.
- Decreto-Lei nº 8/2009. “Alfabeto Cabo-verdiano”, *Boletim Oficial - I Série*, 11, 16 de Março, 74-76.
- Duarte, Dulce Almada. 2003. *Bilinguismo ou Diglossia?*, 2ª ed., São Vicente: Spleen.
- Ellis, Rod. 1997. *Second Language Acquisition*, Oxford: Oxford University Press.
- Gonçalves, Perpétua. 2010. *A Génese do Português de Moçambique*, Lisboa: INCM.
- Güldemann, Tom. 2008. The Macro-Sudan belt: towards identifying a linguistic area in northern sub-Saharan Africa. In Bernd Heine & Derek Nurse (eds.). *A Linguistic Geography of Africa*. Cambridge: CUP, 151-185.
- Hagemeyer, Tjerk (no prelo). S. Tomé e Príncipe: labirinto e laboratório de línguas. Ms.
- Hagemeyer, Tjerk & Alexandre, Nélia. (2012). Os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné: uma comparação sintáctica. *Papia*, 22:2, 233-252.
- INECV. 2001. *Um olhar sobre o Analfabetismo em Cabo Verde*.
- Jacobs, Bart. 2009. The Upper Guinea origins of Papiamentu. Linguistic and historical evidence. *Diachronica* 26:3, 319-379.
- Kato, Mary; Braga, M^a.; Corrêa, Vilma; Rossi, M^a. & Sikansi, Nilmara. (1996). As construções-Q no Português Brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In I. Koch (Org.), *Gramática do Português Falado*, Campinas: Ed. Unicamp, 303-368.
- Leiria, Isabel. 2000. Português *língua segunda* e *língua estrangeira*: investigação e ensino. *1º Congresso do Português Língua Não-Materna*, Lisboa: Forum Telecom – Picoas.
- Lüpke, Friederike. 2010. Multilingualism and language contact in West Africa: towards a holistic perspective. *Journal of Language Contact*, Thema Series, 3, 1-11.
- Martinus, Frank. 1996. *The kiss of a slave: Papiamentu's West-African connections*. Dissertação de Doutoramento, Amsterdam: Universidade de Amsterdam.

- Mufwene, Salikoko. 2002. Colonisation, Globalisation, and the Future of Languages in the Twenty-first Century. *IJMS: International Journal on Multicultural Societies*, UNESCO, 4: 2, 162-193.
- Nascimento, Fernanda B.; L. Pereira; A. Estrela; J. B. Gonçalves & S. Oliveira. 2008. Aspectos de unidade e diversidade do Português: as variedades africanas face à variedade europeia. In P. Gonçalves (coord.), *Veredas*, 9, Maio, 35-59.
- Peixeira, Luís M. 2003. *Da mestiçagem à caboverdianidade: registos de uma sociocultura*, Lisboa: Colibri.
- Quint, Nicolas. 2008. *L'Élément Africain dans la langue capeverdienne // Africanismos na língua caboverdiana*, Paris: L'Harmattan.
- Resolução nº 48/2005. "Estratégia de afirmação e valorização da língua caboverdiana", *Boletim Oficial da República de Cabo Verde – I Série*, 46, 14 de Novembro, 1242-1243.
- Siegel, Jeff. 2010. *Second Dialect Acquisition*, Cambridge: CUP.
- Tolentino, André C. 2007. *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O Caso de Cabo Verde*, Lisboa: F. C. Gulbenkian.
- Veenstra, Tonjes. (2008). Creole genesis: the impact of the language bioprogram hypothesis. In S. Kouwenberg & J. V. Singler (eds.). *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*, 219-241. Oxford: Blackwell.
- Veiga, Manuel. 2004. *A Construção do Bilinguismo*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.